



Câmara Municipal de Mação

Acta N.º 23/2010

Data da Sessão : 15 de Dezembro de 2010

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 16:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Mação presentes na sessão:

Presidente: José Manuel Saldanha Rocha

Vereadores:

Vasco António Mendonça Sequeira Estrela

António José Martins Louro

Nuno Fernando Bento Neto

António Cardoso Lopes

Faltas Justificadas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Técnico

Câmara Municipal de Mação

Acta N.º 23 / 2010
15 de Dezembro de 2010

-----LOCAL-----

Sala de reuniões da Câmara Municipal, no Edifício dos Paços do Concelho.

-----INICIO-----

10 horas. Verificada a existência de quorum, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

-----ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

Aprovada por unanimidade, tendo sido dispensada a leitura da mesma em virtude de terem sido enviadas fotocópias a todos os membros com a devida antecedência.

-----DISPONIBILIDADES-----

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº 4, respeitante ao dia 14 de Dezembro de 2010, cujos resultados demonstram: Operações Orçamentais: 92.815,18 € (noventa e dois mil, oitocentos e quinze euros e dezoito cêntimos), Operações de Tesouraria: 37.367,93 € (trinta e sete mil, trezentos e sessenta e sete euros e noventa e três cêntimos).

-----SERVIÇO DE TURNOS DAS FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2011-----

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Santarém, datado de 3 de Dezembro de 2010 em que solicita aprovação da proposta de escala de turno das farmácias do Concelho de Mação, que enviam em anexo e que fica arquivada junto aos documentos da presente reunião. Por unanimidade deliberado aprovar as escalas de turnos apresentadas por esta Administração Regional de Saúde para o ano de 2011.

-----MAPA DE PESSOAL DA CMM-----

-Presente proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano 2010, que fica anexo aos documentos da presente reunião, bem como documento sobre a caracterização dos postos de trabalho a preencher.

O Sr. Vereador Vasco Estrela refere que este Mapa de Pessoal traduz aquilo que é a previsão para 2011, sem prejuízo de poder ser alterado durante o ano nos termos da Lei, e o que se prevê de aumento do número de lugares a preencher são 16 lugares que resultam da contratação eventual de quinze Guardas Campestres, durante a época de fogos e um Assistente Técnico, cujo concurso está a decorrer.

O Sr. Vereador Nuno Neto refere que é uma realidade que, neste momento, são duzentos e onze os funcionários da Câmara e o aumento que se tem verificado é também um facto pelo que não há muito a acrescentar. Considera que, no entanto, a Câmara deve ter alguma parcimónia com os recrutamentos de pessoal e com o volume de despesas que os mesmos envolvem pois, apesar do executivo afirmar que tem havido contenção nas contratações, as despesas com pessoal têm vindo a aumentar consideravelmente nos últimos cinco anos, representando cerca de 25% de aumento da massa salarial.

Termina a sua intervenção referindo que os Vereadores do PS votam favoravelmente o Mapa de Pessoal para 2011, deixando, no entanto a nota de que deve haver contenção na contratação de pessoal pois as despesas com o mesmo já consome uma grande parte do orçamento camarário.

O Sr. Vereador António Louro refere que, ao contrário do que é muitas vezes a imagem pública, a Câmara não tem aumentado o número total dos seus funcionários, pois se tem havido um pequeno acréscimo de funcionários do quadro, tem diminuído o número de contratados a termo certo. Relativamente ao aumento da despesa com pessoal, refere que esse aumento não é da responsabilidade da Câmara nem tem a ver com aumento de número de funcionários mas sim com os aumentos de salários e outros encargos legislados pelo Governo.

O Mapa de Pessoal apresentado foi aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado enviar o documento à Assembleia Municipal para discussão e votação. Foi ainda deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----**PROPOSTA - DEC-LEI Nº 305/2009 DE 23 OUTUBRO**-----

Presente proposta de revisão da estrutura orgânica dos serviços do Município de Mação, no âmbito do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro.

O Sr. Vereador Vasco Estrela informa que o Decreto-Lei mencionado prevê uma reorganização dos serviços da Câmara Municipal de Mação e nesse sentido havia várias opções de alterar o organograma que existe, criando equipas multidisciplinares ou equipas de projecto mas, uma vez que houve uma remodelação dos serviços há pouco tempo, a Câmara optou por manter a estrutura existente, com duas divisões e as cinco secções que já existem. Mais refere que se podem fazer alterações a qualquer momento se as circunstâncias assim o exigirem.

O Sr. Vereador António Cardoso Lopes refere que a reorganização da estrutura de um serviço público, de uma empresa, ou genericamente, de qualquer instituição tem implícito, entre outros, alguns aspectos, como por exemplo:

- Tornar o funcionamento da estrutura mais flexível;
- Rentabilizar os recursos humanos, através da melhor adaptação do perfil profissional de cada um aos conteúdos funcionais a desempenhar;
- Reduzir os gastos com recursos financeiros, sem alterar a qualidade dos serviços prestados.

Nada disto se demonstra na proposta em apreço, por isso, não é possível avaliá-la, como tal, os vereadores do PS abstêm-se.

A proposta apresentada foi aprovada por maioria com duas abstenções.

Mais foi deliberado enviar o documento à Assembleia Municipal para discussão e votação. Foi ainda deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

----- **PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO E PPI** -----

O Sr. Vereador Vasco Estrela inicia apresentação dos documentos previsionais desta Câmara Municipal para o ano de 2011, que ficam anexos aos documentos da presente reunião referindo que os mesmos foram elaborados com base na expectativa do que poderá ser possível fazer no próximo ano, considerando os problemas do País e da quebra de receitas que a Câmara terá, conforme consta do Orçamento de Estado para 2011. Refere que, neste contexto, poderá parecer que existe alguma contradição no facto deste Orçamento apresentar um aumento de cerca de um milhão de euros relativamente ao Orçamento do ano anterior mas esse facto deve-se, como é referido na introdução do documento, à expectativa que a Câmara tem que o QREN contribua decisivamente para a concretização de várias obras no Concelho e assim permitir que o Orçamento tenha o valor que apresenta.

Mais refere que, não fora a decisão de contrair o empréstimo a longo prazo, aprovado por maioria na Assembleia Municipal e o Orçamento presente teria um valor muito mais baixo e, possivelmente, muitas obras do QREN não poderiam ser executadas pois a Câmara não teria capacidade financeira para as efectuar.

Continua a sua intervenção referindo as áreas de intervenção que o executivo considera fundamentais, iniciando com a área da Educação e referindo que, relativamente a esta área de intervenção, o que há a realçar será a obra de requalificação da EB1 e Jardim de Infância de Mação pois o Município terá de estar preparado para o encerramento de Escolas, que será determinado pelo Ministério da Educação no âmbito da legislação em vigor. Mais refere que a Câmara continuará a disponibilizar aos alunos do Concelho todos os apoios e actividades o que tem disponibilizado até agora. Informou também

que, ainda nesta área, foram reestruturados os serviços de orientação escolar e apoio psicológico de forma a otimizar os mesmos e a possibilitar que este apoio seja dado a quem efectivamente dele necessita, nomeadamente os alunos mais carenciados do 1º e 2º escalões.

No que concerne à Cultura, refere que os projectos do Museu continuarão a merecer toda a atenção e apoio possível, sendo que o CAO não deverá avançar de forma determinante durante o ano de 2011. O espaço da Ludoteca e da biblioteca deverão ser concluídos durante o próximo ano.

Relativamente às Associações do Concelho, refere que a Câmara continuará a dar o apoio às mesmas, com base no novo Regulamento aprovado para o efeito e tendo em consideração também os constrangimentos financeiros que a Câmara terá no próximo ano.

Relativamente à Acção Social, refere que Mação tem um trabalho desenvolvido que é um exemplo que deve ser seguido pelo País pois temos um apoio de proximidade às pessoas que tem desempenhado um papel fundamental para colmatar aquilo que são as dificuldades das pessoas no seu dia a dia e no apoio directo das suas necessidades. Refere ainda que, nesta área, e dado as possibilidades reais de agravamento dos problemas económicos de algumas famílias do nosso Concelho, a Câmara deve desempenhar aqui um papel fundamental e, nessa medida, sendo a Câmara o elemento principal da Rede Social do Concelho, deve, dentro dessa Rede, conseguir que as orientações que emanem da mesma sejam de apoio mais directo e objectivo às famílias mais carenciadas, pois este foi o objectivo da criação da Rede Social e dela fazem parte todos os organismos que têm responsabilidade nestas matérias. Refere ainda que, independentemente dos organismos que intervêm nesta área, a Câmara, com os seus técnicos e os seus recursos, não deixará, seguramente, que nenhuma família neste Concelho passe privações graves.

Na área da Saúde, informa que está para muito breve a integração de Mação na ARS de Lisboa e Vale do Tejo e o executivo acompanhará com muita atenção este processo para tentar perceber que medidas poderão surgir pois esta é uma área em constante mudança no momento presente.

Relativamente aos eventos anuais habitualmente organizados e realizados pela Câmara, refere que, em 2011 o executivo tem previsto realizar a Feira Mostra nos moldes habituais, prevendo um orçamento um pouco mais baixo mas tentando manter a qualidade que tem sido habitual, com um esforço adicional para que os empresários do

Concelho possam usufruir melhor deste evento, tentando que estejam presentes mais empresários do Concelho e da Região, esforço esse que considera fundamental. Mais informou que não será realizado em 2011 o Mação Total e que haverá alguns cortes no apoio aos eventos anuais, nomeadamente, numa das provas de autocross e na prova de jetski, pois não existem condições para o continuar a fazer como antes.

Relativamente à Rede Viária informa que será intervencionada a estrada de Monte Penedo no âmbito do QREN e que teve a informação por parte de um responsável da Estradas de Portugal que as estradas nacionais serão assumidas pelo Governo, como era reclamado pela Câmara já há alguns anos e que a Variante a Envendos não será uma realidade.

Relativamente ao Turismo, refere que há necessidade de encerrar a questão da Praia Fluvial do Vergancinho e há alguma expectativa relativamente à questão do Polistejo que não tem avançado mas que, numa primeira abordagem e proposta apresentada parece à Câmara ter alguma viabilidade mas que estará seguramente condicionado pela situação financeira do País.

O Sr. Vereador António Louro intervém referindo que está prevista para 2011 a conclusão da Zona Industrial de Cardigos, e relativamente a esta obra refere que é importante que se compreenda todo o processo pois é natural que se questione porque é que levou doze anos para se realizar uma obra que é estratégica para o Concelho. Informa que a decisão de fazer a Zona Industrial de Cardigos foi tomada pela Câmara em 1997, foi escolhida a localização e executado o projecto, em 1998 a zona de implantação foi atingida pelo fogo. O Plano de Pormenor levou cerca de quatro anos de entidade em entidade para ser aprovado e quando chegou finalmente a Conselho de Ministros para ser ratificado, verificou-se que faltava o parecer da Direcção Geral de Florestas que, depois de consultada, deu parecer negativo dado que aquela zona tinha sido percorrida pelo incêndio de 1998, razão pela qual, durante dez anos não poderia haver alteração do uso do solo. A Câmara, após muitas conversações e pedidos de ajuda, teve da Autoridade Florestal Nacional um apoio significativo e após algumas argumentações relativamente ao uso que iria ser dado ao terreno e considerando que não tinha sido atingida toda a área de implantação da Zona Industrial de Cardigos, conseguiu possibilitou ultrapassar o problema legal. O Plano de Pormenor foi finalmente aprovado em Conselho de Ministros em 2005. A Câmara teve intenção de iniciar a obra de imediato mas surgiu o problema que o Quadro Comunitário estava em fase final e o novo iria ter início só em 2007 e ter-se-ia de esperar esse tempo para o financiamento.

Durante esse tempo foram feitas algumas negociações dos terrenos, foram feitas algumas intervenções pelo CENFIC e somente em 2009 foi possível candidatar a obra ao QREN. Foi a primeira candidatura apresentada pelo Município de Mação a este Quadro Comunitário de Apoio.

Relativamente ao desenvolvimento económico, o executivo vai continuar a apostar na Marca Mação, que deu já os primeiros passos muito positivos mas que, como é natural, tem ainda um longo caminho a percorrer. Informa também que, no próximo ano, continuará a ser dado o apoio habitual no âmbito do HACCP, pois o executivo considera este apoio essencial para os estabelecimentos da fileira alimentar.

Refere que 2011 será um ano particularmente difícil em termos empresariais e a Câmara vai estar particularmente atenta, procurando apoiar dentro das suas competências, que são bastante limitadas nesta área, todos os promotores.

Relativamente às Águas do Centro, estão já em curso algumas obras significativas e espera o executivo que, durante o próximo ano, a construção de algumas Etar's, nomeadamente, em Mação, Ortiga e Envendos seja uma realidade.

Relativamente à Protecção Civil, refere que nesta área será dispendido um grande esforço da Autarquia, por um lado através do apoio para a construção do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mação que irá responder a uma série de problemas com que a corporação se debatia e por outro lado através da continuação do esforço que a Câmara tem vindo a fazer no sistema municipal de vigilância e primeira intervenção de incêndios florestais, pois estamos perfeitamente conscientes do perigo que algumas áreas apresentam.

Relativamente aos Serviços Municipais, informou que a Câmara vai continuar o esforço que vem sendo realizado nas pequenas intervenções, nomeadamente na reparação dos arruamentos que o executivo considera basilar na qualidade de vida da população do Concelho, bem como na recuperação de algum património, nomeadamente as fontes do Concelho.

Relativamente às propostas apresentadas pelos Srs Vereadores do Partido Socialista para incluir em Plano de Actividades a nível de obras, manifesta a sua satisfação pelo facto das mesmas terem coincidido com as preocupações do executivo, nomeadamente a pavimentação dos arruamentos de Azinhal, a conclusão do polidesportivo do Carvoeiro, a conclusão dos sanitários em S. José das Matas, a pavimentação dos arruamentos de Venda Nova. Relativamente à pavimentação da estrada da Louriceira, construção de passeios em Chão de Codes, à pavimentação dos arruamentos de Carrascal e S. José

das Matas, considera que, não diminuindo de maneira nenhuma a importância destas obras, não será possível executá-las de imediato, pois neste momento o executivo está empenhado em concluir os trabalhos em Carvoeiro, bem como iniciar e concluir os arruamentos em Ortiga pois estes têm a prioridade acrescida de serem sedes de freguesia.

O Sr. Vereador Vasco Estrela intervém para referir que, relativamente ao Orçamento, houve uma tentativa de diminuição das despesas correntes onde foi possível fazer um esforço de contenção mas há, de facto um conjunto de compromissos assumidos ao longo dos anos e uma estrutura que dificulta esta pretensão mas haverá um acompanhamento do executivo no sentido de melhorar nesta área e há alterações que têm efectivamente de ser feitas. Mais informou que foi feito um esforço para diminuir o valor das rubricas Outros, conforme era desejo do executivo e tinha sido mencionado pelos Srs Vereadores do Partido Socialista.

Mais refere que as receitas não estão a ser empoladas e as receitas de capital previstas são efectivamente o que o executivo prevê receber em termos de QREN, do empréstimo e do PRODER e em relação ao PPI, o mesmo reflecte, em termos de investimentos, as obras que estão candidatas e que o executivo considera importantes para o Concelho.

O Sr. Vereador António Cardoso Lopes, relativamente ao Plano de Actividades, refere que o mesmo é um documento onde deverão estar descritas, com clareza, as actividades que se pretendam levar a efeito de uma forma sustentada, quer se trate de uma autarquia, de empresas ou outras entidades quaisquer, o que não se verifica neste documento, pois da leitura que se faz do mesmo e da forma como está explanado, verifica-se essencialmente o auto elogio na forma sistemática como é utilizada a primeira pessoa do plural e ainda a constante lamentação, imputando a outros, os males por que estamos a passar.

Refere que é importante e esse ponto é positivo, que a Câmara se tem preocupado e continua a preocupar com a questão social e reconhece a evolução das dificuldades neste ano de 2011 que vão ser muito maiores do que até aqui e por isso considera que a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista de inclusão no orçamento de uma verba de € 75.000, destinada a fazer face a situações de maior dramatismo social que possam vir a ocorrer ao longo de 2011 e que seria utilizada em articulação com as IPSS's do Concelho faria todo o sentido pois seria uma forma de ter algum paliativo para socorrer a situação antes da mesma ser demasiado grave.

Considera que o Plano de Actividades deveria incluir uma listagem das obras e custos das mesmas, previstas para execução no ano de 2011 e neste documento apenas aparece

descrito como obra a realizar, a Praia do Vergancinho e o Polidesportivo do Carvoeiro, o que é manifestamente insuficiente para um documento desta natureza.

O Sr. Vereador Vasco Estrela intervém para referir que o facto de ser utilizada a primeira pessoa do plural no Plano de Actividades representa somente o facto de que estes documentos são a visão e a estratégia do executivo mas o mesmo não impede que todos os actores políticos contribuam, apesar de não estarem vinculados a nenhuma destas propostas, com tomadas de posição que contribuam para a melhoria de vida das pessoas do Concelho e é neste sentido que este documento está redigido.

O Sr. Vereador Cardoso Lopes refere que essa é sempre a postura dos Vereadores do Partido Socialista neste órgão ao apresentarem propostas e ao exporem as suas opiniões.

O Sr. Vereador Nuno Neto intervém para referir que, relativamente ao Plano de Actividades para o ano de 2011, o mesmo é sempre um documento importante para a Autarquia e este documento quase não passa de um exercício académico e um pouco ficcionado pois ao longo do ano os documentos irão ser desvirtuados por sucessivas alterações orçamentais que, regra geral, transferem para despesas correntes verbas inicialmente afectas a investimento e quando se chega ao final do ano e se compara aquilo que se previu e prometeu inicialmente com aquilo que efectivamente se fez, a diferença é por demais evidente e, se algumas vezes é uma realidade que o executivo prevê verbas de candidaturas e as mesmas não se verificam e, nesse caso, não pode ser efectuada a obra, noutros casos o executivo excede as despesas correntes previstas e deixa as despesas de capital bem aquém dos valores previstos.

Em relação às despesas correntes, refere que não é totalmente verdade que, como diz o documento, que não é possível investir da forma que todos gostaríamos, pois como já foi referido pelos Vereadores do PS por várias vezes, uma maior eficiência na utilização de recursos daria condições para se fazer mais alguma coisa.

No que diz respeito às áreas estratégicas, considera que as mesmas não podem ser banalizadas, o que acontece neste documento é que são mencionadas todas as áreas de intervenção da Câmara como estratégicas, o que as banaliza e considera que isso não é correcto. Refere que o documento deveria, efectivamente, mencionar todas as áreas em que a Câmara tem intervenção mas fazer uma ressalva a algumas que considerasse realmente estratégicas.

Reconhece que a Câmara tem feito algum trabalho na função distributiva do apoio social, que tem o seu mérito mas lamenta que o executivo não tenha considerado a proposta apresentada pelos Vereadores do PS que seria um fundo de reserva que, em situações

de emergência devidamente analisadas, pudesse servir para dar um contributo em articulação com outros organismos de apoio social.

Relativamente ao Desenvolvimento Económico e nomeadamente às Zonas Industriais, considera que as mesmas são importantes para o Concelho mas não lhe parece que as mesmas sirvam para assegurar a coesão do Concelho como é dito neste documento. Mais refere que, na realidade, uma zona industrial é sempre sinónimo de desenvolvimento e maior dinâmica industrial mas no que concerne à Zona Industrial das Lamas uma parte significativa das empresas lá instaladas eram empresas que já existiam no Concelho e não se verifica um grande número de novas empresas.

Em relação à Marca Mação, congratula-se com o lançamento desta marca mas considera que sustentá-la num bom patamar exige um trabalho criterioso pelo que deveria ser elaborado um plano estratégico de iniciativas para o desenvolvimento do processo para que, dentro de alguns anos se possa fazer uma análise mais aprofundada sobre esta matéria.

Relativamente às Águas e Saneamento não pode deixar de referir que após um ano de adesão real às Águas do Centro e os investimentos feitos não são significativos para aquilo que é necessário no nosso Concelho, o que não representa para si uma surpresa mas a realidade é que já todos pagamos a água e o saneamento muito mais caros desde Março e os serviços estão longe de ser os desejados.

Relativamente à Feira Mostra, considera que no actual modelo não tem cariz empresarial e duvida que sem alteração desse modelo haja possibilidade de lhe incrementar esse cariz. Considera que, no seu ponto de vista, a Feira Mostra é essencialmente uma feira de gastronomia e nesse sentido tem sucesso mas para ser considerada também uma feira empresarial teria de ser alterado o modelo que vem sendo seguido nos últimos anos pois apesar do número de stands se manter, o número de empresários do Concelho tem diminuído.

Relativamente à Praia Fluvial do Vergancinho, apesar de nunca ter sido dito que tinham sido muito grandes os investimentos ali feitos, o que tem sido dito pelos Vereadores do PS é que devido ao facto da degradação que aquele equipamento apresenta vai ser necessário um investimento considerável para a sua recuperação e, na realidade, verifica-se algum desperdício de recursos. Considera que poderia ter sido ponderada outra estratégia e em vez de ficarmos com três praias fluviais no Concelho, poderia ter-se investido mais numa só praia com mais condições, mas esta é uma questão de estratégia que não foi a seguida pelo executivo.

O Sr. Vereador António Louro intervém para referir que a maior degradação que o equipamento apresenta foi resultado de um acto de vandalismo de um grupo de jovens que partiram algum equipamento nas instalações sanitárias, sendo que a degradação de que o Sr. Vereador Nuno Neto fala foi resultado do tempo que passou desde a sua construção, pelo que não concorda que exista um desperdício considerável de recursos. Refere ainda que o que foi investido naquela infraestrutura só poderia ter sido investido na mesma pois foi resultado de uma candidatura que não poderia ter sido realizada noutra freguesia e a verba atribuída era exígua e não dava para fazer a praia na sua totalidade e a Câmara finalizou a Praia Fluvial de Carvoeiro sem mais ajudas e não pôde fazer as duas na mesma altura. As infraestruturas que foram construídas na Praia Fluvial do Vergancinho estão lá, são necessárias ao equipamento e a mesma será finalizada.

O Sr. Vereador Nuno Neto refere que, relativamente ao Orçamento, as rubricas Outros foram efectivamente reduzidas, indo ao encontro da sugestão das propostas do Vereadores do PS, mas relativamente às despesas correntes e, apesar do afirmado pelo Sr. Vereador Vasco Estrela, em termos globais verifica-se um pequeno aumento das mesmas, considerando que este aumento seria evitável e que ainda há algumas despesas que poderiam ser reduzidas mas que são inerentes às opções e estrutura que o actual executivo mantém.

Termina a sua intervenção referindo que, em conclusão, os Vereadores do Partido Socialista consideram que estes documentos mantêm a estrutura semelhante ao longo dos anos e não apresentam uma estratégia definida para combater a desertificação e falta de dinamismo económico do nosso Concelho e nos últimos anos a situação tem vindo a degradar-se ao nível destas duas questões pelo que entendem que o Orçamento e o Plano de Actividades para 2011 em nada vão contribuir para resolver ou minimizar estes problemas com que o Concelho se debate e, por isso, votam contra ambos os documentos.

O Sr. Vereador António Louro refere que, ao contrário do que foi afirmado pelo Sr. Vereador Nuno Neto, o executivo não fez tábua rasa das propostas dos Srs Vereadores do Partido Socialista pois as mesmas foram devidamente analisadas e ponderadas e, relativamente às obras propostas, as mesmas coincidem com as preocupações do executivo e se não foram todas contempladas para 2011 foi simplesmente porque a Câmara não tinha capacidade financeira para as executar todas, por isso foram escolhidas as consideradas mais urgentes. Relativamente à proposta de constituição de fundo social que foi discutido entre os membros do executivo tendo concluído que não

será por falta deste fundo que a Câmara deixará de acudir a alguma situação de emergência que surja no âmbito da acção social. Relativamente às rubricas “outros”, já foi aqui admitido pelo Sr. Vereador Nuno Neto que houve um esforço para diminuir os valores dessas rubricas e tornar tudo mais claro e correcto. Quanto às despesas correntes, não aceita a critica pois é visível no documento que há imensas obras que são realizadas por administração directa, já se falou do Quadro de Pessoal e já foi explicado também que aparecem reflectidas ainda muitas despesas com obras que estão inscritas como despesas correntes e que efectivamente são despesas de investimento. Termina a sua intervenção manifestando estranheza por o Sr. Vereador Nuno Neto, habitualmente tão preocupado com a desertificação e falta de dinamismo económico do Concelho e como considera o actual e o anterior executivos como responsáveis, não tenha apresentado alguma proposta para ajudar a resolver estes constrangimentos e por isso considera injusto que queira culpar o executivo destas situações estruturais quando sabe perfeitamente que as competências da Autarquia nesta área são extremamente limitadas e dentro delas, o executivo já faz tudo o que lhe é possível para cativar investimento, nomeadamente, “vendendo” terreno infraestruturado nas zonas industriais do Concelho a um preço completamente simbólico de 0,1 cêntimo/m².

O Sr. Vereador Nuno Neto refere que nunca afirmou que o executivo não estará preocupado com estes problemas mas a verdade é que os mesmos são cada vez maiores e a sua critica vai no sentido do pouco que tem sido feito neste domínio. Mais refere que a proposta apresentada pelos Vereadores do PS não tinha por objectivo apresentar uma estratégia para o concelho, mas apenas um conjunto de obras que consideram prioritárias para o bem-estar da população, bem como alguns factores relevantes que gostariam de ver contemplados no Orçamento e no PPI.

O Sr. Vereador Nuno Neto refere ainda que já se viu que a estratégia seguida pelo Executivo Camarário durante os seus mandatos não resultou, porque os problemas do concelho não só não foram resolvidos, como ainda se acentuaram. Compreende que o Executivo Camarário não queira adoptar a estratégia e as propostas do PS para o Concelho, mas então, deverá reformular a sua estratégia, sob pena deste continuar no mau caminho.

O Plano de Actividades e o Orçamento apresentados foram aprovados por maioria com dois votos contra. Mais foi deliberado enviar os documentos à Assembleia Municipal para

discussão e votação. Foi ainda deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----**ANEXAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS**-----

REQUERENTE : ALBERTO RIBEIRO & FILHOS, LDA

Presente requerimento de Alberto Dias Ribeiro & Filhos, Lda., registado na secretaria sob o nº 587 em 17 de Novembro de 2010 em que requer certidão da Câmara Municipal de que não vê inconveniente na anexação de quatro lotes contíguos actualmente inscritos sob os artigos 4201 (lotes 10 e 11), 3614 (lote 18) e 3615 (lote 19) na matriz predial urbana da freguesia de Mação. Face à informação dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou por maioria, não tendo os Srs. Vereadores do Partido Socialista participado na votação por entenderem que esta é matéria delegada no Sr. Presidente da Câmara (conforme declaração apresentada na reunião de 11/11/2009), certificar que não vê qualquer inconveniente na possibilidade da anexação dos artigos 4201 (lotes 10 e 11), 3614 (lote 18) e 3615 (lote 19) na matriz predial urbana da freguesia de Mação, dado que para eles foi aprovada e construída uma edificação destinada a instalação industrial em respeito pelo determinado nos regulamentos do PDM e do Plano de Pormenor da Zona Industrial das Lamas.

-----**DESTAQUE DE PARCELA**-----

REQUERENTE: ANTÓNIO ALEXANDRE DURÃO

Face à informação dos Serviços Técnicos que fica anexa ao requerimento de António Alexandre Durão, residente em Mação, registado na secretaria sob o número 569 em 11 de Novembro de 2010, em que pretende proceder ao destaque de uma parcela de terreno com a área de 800 m², de um terreno com a área total de 2000 m², o qual já foi objecto de operação de destaque em 1998, a Câmara deliberou por maioria, não tendo os Srs. Vereadores do Partido Socialista participado na votação por entenderem que esta é matéria delegada no Sr. Presidente da Câmara (conforme declaração apresentada na reunião de 11/11/2009) certificar que a parcela de terreno com a área de 800 m², pode ser destacada do prédio com 2000m², omissa na matriz da freguesia de Mação.

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

Tendo em conta os pareceres dos Serviços Técnicos e das entidades intervenientes e encontrando-se os mesmos completos com projectos das especialidades, a Câmara deliberou por maioria, não tendo os Srs. Vereadores do Partido Socialista participado na votação por entenderem que esta é matéria delegada no Sr. Presidente da Câmara

(conforme declaração apresentada na reunião de 11/11/2009), licenciar as seguintes obras:

- De José Carlos Antunes Teixeira, residente em Cascais, para demolição e reconstrução de moradia em Cardigos;
- De Maurício Gabriel Peixe, residente em Envendos para alteração em obra ao projecto aprovado para construção de um edifício destinado a habitação em Envendos;
- De Carlos Jesus Moreira, residente em Prior Velho para construção de telheiro e muro de vedação;
- De José Maria Martins Dias, residente em Lisboa para construção de arrecadação e telheiro em Corujeira;
- De Manuel da Conceição Gaspar, residente em Aboboreira para legalização de construção de uma edificação destinada a habitação unifamiliar em Aboboreira;
- De Armando da Silva Martins, residente em Amêndoa para remodelação de edifício de habitação em Amêndoa;
- De José Manuel de Almeida Assunção, residente em Aboboreira para demolição total e reconstrução de moradia unifamiliar em Aboboreira;
- De Jorge Manuel de Jesus Alves, residente em Envendos para construção de moradia unifamiliar e muros em Envendos.

----- **VEREADOR VASCO ESTRELA** -----

PEDIDO DE APOIO

Pelo Sr. Vereador Vasco Estrela foi presente ofício da Associação Recreativa Cultural e Desportiva “ Os Amigos da Estação de Ortiga” em que informa que vai realizar, no dia 18 de Dezembro de 2010, o Grande Prémio de Natal em Atletismo Verde Horizonte. Mais informa que esta actividade já tem 250 inscritos e solicita apoio financeiro para a aquisição dos troféus e medalhas para os participantes e isenção das taxas referentes ao licenciamento da prova.

O Sr. Vereador Vasco Estrela propõe a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€ para apoio ao solicitado.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Foi também aprovado por unanimidade isentar esta Associação de taxas referentes ao licenciamento do referido evento.

DECLARAÇÃO

Pelo Sr. Vereador Vasco Estrela foi presente modelo de declaração, que fica anexa aos documentos da presente reunião, redigida pelo Gabinete Jurídico para formalizar a autorização de particulares ao Município de Mação para remoção e utilização de terras

para prossecução do interesse público através da Câmara Municipal de Mação com o apoio do CENFIC (no âmbito de acção de formação).

POST BLOG MAÇÃO 2013 – SITE DA COMUNIDADE URBANA DO MÉDIO TEJO

Relativamente ao post do blog Mação 2013 em que era mencionado que “Desde 24 de Agosto do corrente ano que o concelho de Mação passou a integrar a NUT III do Médio Tejo e a respectiva Comunidade Intermunicipal. Decorridos quase 4 meses, o site da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ainda não faz referência ao concelho de Mação”, o Sr. Vereador Vasco Estrela informou que tinha colocado a questão à Comunidade e foi-lhe comunicado que o site ainda não tinha sido actualizado devido à falta de recursos humanos mas que, a curto prazo, tal iria acontecer, informação que entregou aos Srs Vereadores do Partido Socialista.

ENTREGA DE INFORMAÇÕES

O Sr. Vereador Vasco Estrela entregou aos Srs Vereadores do Partido Socialista informações solicitadas pelos mesmos referentes aos terrenos da Zona Industrial das Lamas e outro referente ao Parque de Viaturas da Câmara Municipal de Mação.

-----**VEREADOR ANTÓNIO LOURO**-----

PAGAMENTO DE FACTURAS DE ÁGUA

O Sr. Vereador António José Louro informou que, no seguimento do esforço que tem sido efectuado relativamente ao pagamento de facturas de água em atraso e dado que muitos consumidores alegam não receber as cartas com os avisos, a Câmara adoptou o procedimento que é o seguinte:

- Em primeiro lugar é enviado um ofício ao consumidor, em correio normal, com a informação das facturas em atraso
- Seguidamente e passado o prazo dado no primeiro ofício, é enviado um segundo ofício registado com aviso de recepção

Uma vez que, muitas vezes e apesar destes dois avisos, os consumidores não liquidam as facturas em atraso, solicitou aos Leitores/Cobreadores que contactem os referidos consumidores, sendo portadores do ofício com protocolo, bem como do recibo que o consumidor pode pagar no momento ou assinar o protocolo em como recebeu o aviso de que se encontra em incumprimento e vir pagar posteriormente à Câmara, dentro do prazo estabelecido.

O Sr. Vereador Nuno Neto refere que o procedimento lhe parece correcto pois a Câmara deve dar oportunidade às pessoas de efectuarem o pagamento mas também tem de fazer todos os esforços para cobrar as facturas que lhe são devidas.

REPARAÇÃO DA RUA DA D. JULIA

O Sr. Vereador António Louro informou que já foi intervencionada a Rua da povoação de Vale do Grou, onde habita a D. Júlia, intervenção essa que, não sendo definitiva, minimiza o problema com a água acumulada que dificultava a passagem.

-----**VEREADOR NUNO NETO**-----

AJUSTE DIRECTO

O Sr. Vereador Nuno Neto refere que, os Vereadores do PS têm criticado com frequência o que designam por despesismo da Câmara e que há situações que deveriam ser repensadas pela Câmara relativamente a gastos que faz e à forma como os faz. Mais refere que, concretamente em relação aos ajustes directos também já afirmaram várias vezes que não concordavam com a forma como têm sido feitos os mesmos pois se as aquisições fossem feitas mesmo através de solicitação de propostas a quatro ou cinco propostas, a Câmara obteria vantagens financeiras na aquisição de bens e serviços.

Refere que pegaram num ajuste directo concreto e constataram que a Câmara não teve a melhor actuação. Informa que está a falar concretamente do ajuste directo à empresa Orange Flame, a quem o Executivo Camarário contratou a impressão dos Boletins Informativos Verde Horizonte e Horizonte Verdinho, bem como a agenda Cultural Animação. Como o custo da impressão das publicações aparentavam ser demasiado elevado, solicitaram um orçamento para o mesmo trabalho a três outras gráficas, tendo obtido, em qualquer dos casos, um valor muito inferior ao que a Câmara irá pagar à empresa Orange Flame. Enquanto Câmara vai pagar a esta empresa 44.562 euros pela impressão das 3 publicações, os três orçamentos obtidos apresentam 21.320 euros, 22.787 euros e 20.280 euros. Ou seja, o orçamento da Orange Flame é cerca do dobro de qualquer um destes orçamentos obtidos pelos Vereadores do PS. Relativamente a um dos orçamentos, o orçamento da Orange Flame é cerca de 120% superior.

Assim, refere que esta consulta e o resultado que obtiveram veio ao encontro daquilo que estavam convictos, de que, se a Câmara fizesse uma consulta a mais empresas poderia realmente poupar bastante dinheiro. Refere que nada tem contra a empresa em questão e o intuito foi somente demonstrar que havia possibilidade da Câmara procurar soluções alternativas e poupar algum dinheiro. Não aceita a explicação de que se está a

ajudar um empresário do Concelho pois haverá seguramente outras formas de o fazer sem ser pagar mais do dobro por um serviço prestado.

O Sr. Vereador Vasco Estrela questiona o Sr. Vereador Nuno Neto sobre se as empresas em questão fariam também a distribuição das publicações em questão.

O Sr. Presidente questiona se as gráficas consultadas são da nossa região.

O Sr. Vereador Nuno Neto informa que não questionaram se as empresas fazem a distribuição, mas a diferença de preço suplanta seguramente o facto de ter de se contratar a distribuição. Além disso, a empresa Orange Flame cobra mais cerca de 5.000 euros especificamente para fazer a distribuição. Relativamente à questão do Sr. Presidente da Câmara, refere que as empresas consultadas não são de muito longe mas que não considera válida a justificação da defesa dos empresários do Concelho quando a diferença de preços é superior ao dobro, considerando que essa poderia ser uma justificação se a diferença se situasse nos 10%. Considera ainda que poderia aceitar esta situação como apoio a um empresário da “terra” se fosse uma aquisição de serviços esporádica mas este contrato é renovado todos os anos, nos últimos 5 ou 6 anos, o que dá uma soma considerável que a Câmara pagou a mais por este serviço.

Mais refere que, perante esta situação grave que detectaram, é caso para questionar se não poderão existir outros ajustes directos semelhantes.

O Sr. Vereador Vasco Estrela refere que o assunto é delicado, especialmente porque só uma das empresas está identificada mas que dará conhecimento do mesmo à empresa que fornece o serviço à Câmara.

----- **VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA** -----

Os Srs Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte proposta:

Solidariedade para com as vítimas do tornado de 7 de Dezembro de 2010

I – Nota Introdutória

Ocorreu no dia 7 de Dezembro de 2010 um tornado que devastou algumas zonas dos Concelhos da Sertã, Ferreira do Zêzere e Tomar, nossos vizinhos e parceiros nas Comunidades Intermunicipais do Pinhal Interior Sul, de que já fizemos parte, e do Médio Tejo, onde actualmente pertencemos.

Tais fenómenos deixam-nos expostos aos caprichos da natureza e ninguém está livre de um dia a desgraça lhe bater à porta.

Felizmente não se verificaram perdas humanas, mas os prejuízos materiais são elevados, havendo situações de famílias que ficaram em situação de grande aflição. Tem-lhes valido a corrente de solidariedade humana que caracteriza o povo português, a mesma que, aquando dos incêndios de 2003, deu provas disso para com o Concelho de Mação.

Dentro deste espírito de solidariedade, é entendimento dos Vereadores do PS que a Câmara Municipal de Mação, dentro das suas disponibilidades, deverá associar-se na ajuda a prestar aos atingidos pelo tornado.

II - Proposta

Em face do exposto, os Vereadores do PS propõem que:

- Atendendo às dificuldades económico-financeiras da actualidade, a que o Município de Mação também não escapa, seja atribuída um verba da ordem global dos € 7.500, a distribuir pelos 3 municípios.
- Essa ajuda seja prestada em materiais de construção (telhas, tijolos, cimento, madeiras, etc.), a fornecer directamente aos sinistrados ou a quem coordene as ajudas, consoante as necessidades ou em outro tipo de ajuda, incluindo a monetária, após auscultação dos autarcas dos municípios já referenciados.”

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

----- VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA -----

CURSOS REALIZADOS PELA CÂMARA DE MAÇÃO COM O CENFIC

Os Vereadores do Partido Socialista vêm requerer a V. Exa., ao abrigo do artigo nº 68, alínea s), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que, relativamente a cada um dos cursos realizados pela Câmara de Mação em colaboração com o CENFIC nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, lhes seja disponibilizada:

- Informação constante do quadro em anexo;

- Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal, o CENFIC e, nos casos em que os cursos se realizaram em terrenos privados, os proprietários dos mesmos.

----- VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA-----

TERRENOS DO MIRADOURO DO BANDO DOS SANTOS

A Câmara Municipal através de protocolos de acordo celebrados com os proprietários, ou com ou seus representantes, tomou posse efectiva de certas áreas para implantação do “Miradouro do Bando dos Santos”, conforme se encontra descrito, no quadro seguinte:

Secção Cadastral	Artigo	Área (m2)	Valores (€)	
			Unitário	Global
L	69	3.838,22	0,75	2.878,67
L	65	5.733,60	0,75	4.300,20
L	51	4.610,24	0,75	3.475,68
	Totais	14.182,06	-	10.654,55

Com os referidos protocolos, efectuados em Junho de 2006 (há mais de 4 anos), a Câmara despendeu € 10.654,55 mas, até ao momento, ainda não obteve escritura ou outra forma legal da posse dos terrenos. É que nas cláusulas 8ª e 9ª, do tal protocolo está dado à estampa, o seguinte texto:

“8ª. - As partes acordam desde já a necessidade de legalizar a cedência agora feita, pelos instrumentos legais necessários, designadamente a respectiva escritura pública de compra e venda, cujas despesas constituem encargo do Primeiro Outorgante.”

“9ª. – A formalização prevista na cláusula anterior será feita quando o Primeiro Outorgante, através dos seus serviços técnicos tiver concluído o necessário destaque deste e dos outros prédios rústicos abrangidos pela implantação desta infra-estrutura”.

Em face do exposto, os Vereadores do Partido Socialista vêm requerer a V. Exa., ao abrigo do artigo nº 68, alínea s), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que sejam prestadas, por escrito, as seguintes informações:

- Como é que a Câmara vai resolver a situação se, de acordo com a lei, a divisão de um prédio não se pode processar de modo que dessa divisão resultem parcelas inferiores à unidade de cultura que, no distrito de Santarém, é de 4 hectares ¹?
- Como é que a Câmara vai resolver a situação se, no futuro, algum dos proprietários (ou os seus herdeiros) quiserem ocupar o terreno porque legalmente (do ponto de vista fiscal e do notariado) lhes pertence na totalidade?
- Que validade legal tem o protocolo se não for possível destacar as parcelas “protocoladas”?

– Conforme Portaria 202/70, que define a unidade de cultura (valor mínimo com que pode ficar cada parcela de terreno após divisão), da qual se anexa extracto que fica anexo aos documentos da presente reunião.

----- ENCERRAMENTO -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar foi lavrada a presente acta que, depois de aprovada vai ser assinada na forma legal e que eu Maria Manuela Martins Filipe Soares, Assistente Administrativa, subscrevo e assino: